

Referida lei não pode ser desvirtuada ao ser usada como uma espécie ultrajante de arma ou salvo conduto a colocar as mulheres acima da lei penal em vigor em nosso país.

Mulheres têm que ser protegidas. Mas isso não quer dizer que mulheres podem tudo. Não! Mulheres não podem tudo.

32

No caso em apreço, [REDACTED] pensou que podia tudo e assim se orientou na data dos fatos. Pensou que por ser mulher poderia encenar uma agressão para intimidar o réu para agir no sentido de não sair de casa. Pensou que poderia mordê-lo e arranhá-lo. A suposta vítima pensou, ainda, que mesmo [REDACTED] deixando claro que queria ir embora, ela poderia fazer o que fez usar a força para impedi-lo de sair de casa.

A pergunta que se deve fazer é se [REDACTED] só por ser mulher poderia agir como agiu. A resposta é **NÃO** e por um motivo simples: as mulheres têm direitos, mas, também, têm obrigações.

É sabido que a culpabilidade se refere tanto à culpa em sentido amplo quanto em sentido estrito, ou seja, engloba até o dolo¹⁵.

A culpabilidade é o resultado de três elementos: a imputabilidade, ou seja, se o autor do fato é imputável; a efetiva consciência da antijuridicidade, que diz respeito ao conhecimento ou possibilidade de conhecimento do autor do fato acerca da antijuridicidade da sua conduta; e a **exigibilidade de conduta em conformidade com o direito vigente, em outras palavras, exigibilidade de conduta diversa da praticada.**

Diante disto se faz, então, uma única pergunta: Com base nas provas dos autos e tudo o que foi relatado, máxime o depoimento pessoal do

¹⁵ Art. 18. Diz-se o crime:

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

